



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA  
ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS APLICADAS À REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E PREVENÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, HABITACIONAIS  
E SANITÁRIOS

ANTONIO MASCARENHAS JUNQUEIRA NETO  
DELIANA HILDA PEREIRA GONZAGA

**PLANO DE AÇÃO PARA O DISTRITO DE ENTRE RIOS:**  
Perspectivas urbanísticas aplicadas a regularização fundiária.

**BELÉM - PA/ CUIABÁ - MT**  
**2022**

ANTONIO MASCARENHAS JUNQUEIRA NETO  
DELIANA HILDA PEREIRA GONZAGA

**PLANO DE AÇÃO PARA O DISTRITO DE ENTRE RIOS:**  
Perspectivas urbanísticas aplicadas a regularização fundiária.

Trabalho final de conclusão do curso de especialização em tecnologias aplicadas à regularização fundiária e prevenção de conflitos socioambientais habitacionais e sanitários.

Orientadora: Prof. Dra. Myrian Silvana da Silva Cardoso Ataíde dos Santos

**Belém - PA**  
**2022**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Parcelamento de Agrovila tipo “Quadrado do burro” ou “Espinha de peixe”.....	13
<b>Figura 02:</b> Parcelamento de Agrovila tipo “Raio de Sol”.....	14
<b>Figura 03:</b> Identificação do Distrito de Entre Rios - Nova Ubiratã - MT .....	17
<b>Figura 04:</b> Identificação da área central, área urbanizada, e da rodovia MT-130 do Distrito de Entre Rios.....	21
<b>Figura 05:</b> Vias projetadas e a hierarquização viária pré-estabelecida .....	22
<b>Figura 06:</b> Evolução do processo de ocupação do solo - Do Urbano-Rural ao Urbano consolidado .....	23
<b>Figura 07:</b> Linha do tempo do Assentamento Boa Esperança I, II e III .....	30
<b>Figura 08:</b> Linha do tempo da Agrovila do Assentamento Boa Esperança I, II e III .....	31
<b>Figura 09:</b> Mapa Hipsométrico da Agrovila do Distrito de Entre Rios .....	32
<b>Figura 10:</b> Mapa de Hierarquia Viária da Agrovila do Distrito de Entre Rios.....	33
<b>Figura 11:</b> Mapa de Espaços de Uso Comunitário da Agrovila do Distrito de Entre Rios .....	34
<b>Figura 12:</b> Mapa de Lotes Vazios da Agrovila do Distrito de Entre Rios .....	35

### QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Características de Agrovila e Vila Urbana .....	16
<b>Quadro 02:</b> Diretrizes para Sistema Viário .....	37
<b>Quadro 03:</b> Diretrizes para espaços livres de uso público e comunitário .....	37
<b>Quadro 04:</b> Diretrizes para Limites da Área de Intervenção .....	38
<b>Quadro 05:</b> Diretrizes para saneamento .....	39

## **IMAGENS**

<b>Imagem 01:</b> Registro da atividade de comercialização de madeira em Entre Rios.....	26
<b>Imagens 02 e 03:</b> Situação das vias no período de chuva .....	26
<b>Imagens 04 e 05:</b> à esquerda, a academia ao ar livre, e à direita, o campo de futebol largamente utilizado pela população local.....	27

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	07
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA .....	08
<b>1.1.1. Fenômeno investigado</b> .....	08
1.2. OBJETIVOS .....	09
<b>1.2.1. Objetivo Geral</b> .....	09
<b>1.2.2. Objetivos específicos</b> .....	09
1.3. JUSTIFICATIVA .....	09
<b>2. CAPÍTULO 01 - BREVE ANÁLISE DA REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS NO BRASIL</b> .....	10
2.1. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL .....	10
<b>2. 1. 1. Breve histórico dos conflitos agrários nacionais</b> .....	10
<b>2. 1. 2. Início das políticas de projetos de assentamento</b> .....	11
2. 2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS .....	12
<b>2. 2. 1. Elementos estruturantes dos assentamentos</b> .....	12
<b>2. 2. 2. Tipologias</b> .....	13
<b>2. 2. 3. Uma análise da tipologia agrovila</b> .....	14
<b>2. 2. 4. Campo-cidade ou Urbano disperso?</b> .....	15
3. CAPÍTULO 02 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	17
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO. ....	17
<b>3. 1. 1. Localização, Clima e Bacia Hidrográfica</b> .....	17
<b>3. 1. 2. Histórico do Distrito: O Município de Nova Ubiratã e o surgimento de Entre Rios</b> .....	18
<b>3. 1. 3. Dados demográficos</b> .....	19
<b>3. 1. 4. Dados Socioeconômicos</b> .....	20
<b>3. 1. 5. Situação infraestrutural do distrito e os problemas identificados</b> .....	21
3. 2. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ATRAVÉS DO PROGRAMA REDE AMAZÔNIA .....	27
4. CAPÍTULO 03 - PLANO DE AÇÃO PARA O DISTRITO DE ENTRE RIOS .....	29
4. 1. ETAPA I: ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA AGROVILA DE ENTRE RIOS .....	29

4. 2. ETAPA II: BREVE ANÁLISE JURÍDICA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO DISTRITO .....	36
4. 3. ETAPA III: DIRETRIZES DO PLANO DE AÇÃO .....	36
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou desenvolver um Plano de Ação para a sede do distrito de Entre Rios. A referida localidade foi selecionada no Programa Rede Amazônia havendo um processo de regularização fundiária sendo executado. O presente Curso de Pós Graduação Lato Sensu Tecnologias Aplicada à Regularização Fundiária e Prevenção de Conflitos Socioambientais, Habitacionais e Sanitários: Rede Amazônia. Desse modo os resultados dos trabalhos da Rede Amazônia em Nova Uiratã e o Trabalho de Conclusão de Curso conversam e relacionam-se mutuamente. A estrutura organizacional Projeto Rede Amazônia articula-se em Coordenação Geral, Coordenações Estaduais e Grupos Municipais, abrangendo 17 áreas piloto onde estão sendo desenvolvidos projetos piloto de assistência técnica regularização fundiária em diversos estados da Amazônia Legal. O projeto estruturado em formato de rede, chefiado pela Comissão de Regularização Fundiária/UFPA (CRF-UFPA), contando com a cooperação de docentes de diversas Faculdades, Núcleos e Institutos da Universidade Federal do Pará, docentes e discentes das instituições de ensino superior de cada estado e técnicos e representantes da esfera municipal . Destacando no presente trabalho a aquisição de dados primários através do Grupo de Trabalho Estadual (GTE-MT) e Grupo de Trabalho Municipal (GTM-MT). Busca-se no presente trabalho através de diretrizes estruturadas nos eixos, Sistema Viário; Espaços Livres de Uso público e comunitário; e Saneamento, possam auxiliar a gestão pública a intervir nos aspectos urbanísticos da localidade tendo em vista o atual processo de transição urbana.

Entre Rios foi escolhido como foco de estudo deste trabalho pois foi possível identificar algumas desconformidades urbanísticas decorrentes do processo de ocupação do território. Esse núcleo urbano traz características próprias das Políticas de Reforma Agrária e de Colonização da Amazônia Legal ao final da década de 90, a própria tipologia de agrovila que serviria como um núcleo adensado onde cada assentado possuiria um lote urbano além de seu lote rural fora da agrovila.

Considerando que o Plano de ação para o distrito pode servir como um documento que oriente as ações que possam conduzir o distrito a uma dinâmica urbana mais diversa e múltipla, além de poder contribuir para um processo de consolidação

em etapas e através de um olhar estruturado em uma lógica de eixos temáticos que possam garantir por fim a melhoria da qualidade de vida de todos os moradores.

## 1.1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A sede do distrito de Entre Rios encontra-se na agrovila do Assentamento Boa Esperança I, II e III. Esse núcleo urbano traz características próprias das Políticas de Reforma Agrária e de Colonização da Amazônia Legal ao final da década de 90, a própria tipologia de agrovila serviria como um núcleo adensado onde cada assentado possuiria um lote urbano além dos lotes rurais fora dos limites da agrovila.

O desenho urbano da agrovila foi supostamente (segundo relatos dos moradores mais antigos e técnicos da prefeitura em visita presencial no dia 26 de outubro de 2021) realizado por técnicos do INCRA, com dimensões de lotes padrão (15x40m) de tipologia residencial.

Quanto a destinação de espaços de uso comunitário, de acordo com informações coletadas em campo no mesmo período relatado anteriormente segundo moradores mais antigos, técnicos da prefeitura e algumas informações dispostas em planta produzida pela APROGER<sup>1</sup>, alguns equipamentos urbanos foram previstos e construídos, como a escola municipal, a igreja católica, a igreja luterana, o posto de saúde, a subprefeitura, o cemitério, as instalações do armazenamento de água do distrito, e o espaço da APROGER. O equipamento da escola estadual tem somente sua demarcação em planta, no entanto as instalações não foram edificadas, em seu lugar instalou-se uma área de despejo de rejeitos da indústria madeireira vizinha.

**Objeto de estudo:** Entre Rios atualmente passa por um processo de transição urbana, contudo não possui documento oficial que estabeleça diretrizes urbanísticas voltadas ao processo de consolidação do distrito. Neste sentido, foi decidido trabalhar em um Plano de ação estruturado em eixos temáticos que possam auxiliar a equipe municipal na construção do projeto de intervenções urbanísticas e ambientais que irá compor o projeto de regularização fundiária.

### 1.1.1. Fenômeno investigado

Na sede do distrito de Entre Rios foi possível identificar algumas desconformidades no processo de ocupação do território. As desconformidades

advém do conflito entre a atual conformação espacial da localidade e as novas demandas oriundas de um processo de urbanização vinculado à transição de um modelo econômico baseado na indústria madeireira, pecuária e de agricultura de subsistência para um processo de produção mecanizada e tecnificada, voltada ao mercado exterior. Nesse processo de desconformidade entre as atividades originais e as nova , surgem lacunas que precisam ser supridas no ambito dos equipamentos públicos e sistemas de espaços livres

Dentre os principais motivos para a escolha, encontram-se:

- Desconformidade do desenho urbano do distrito, que ao ser desenvolvido não considerou em seu planejamento espaços para fins de uso público e lazer.
- A não consideração de lotes com tamanhos reduzidos para as áreas de comércio, sendo esta última também não considerada no planejamento primário.
- Desconformidade do sistema infraestrutural atual do distrito.
- O fato de o distrito, reconhecido como agrovila, ser reconhecido como um espaço de suporte para as atividades agrícolas desenvolvidas no entorno.

## 1.2. OBJETIVOS

### 1. 2. 1. Objetivo geral

Desenvolver um Plano de Ação para a sede do distrito de Entre Rios, que através de diretrizes trate os aspectos urbanísticos da localidade tendo em vista o atual processo de transição urbana.

### 1. 2. 2. Objetivos específicos

- Estabelecer diretrizes para melhoria da infraestrutura urbana;
- Analisar o sistema viário circundante à agrovila que impacta os lotes rurais do entorno;
- Identificar parâmetros de análise voltados ao ajuste do limite da área de intervenção;
- Propor no âmbito da infraestrutura urbana designação de lotes para população de baixa renda, requalificação de espaços impactados por atividades ambientalmente danosas e espaços livres de uso público.

### 1.3. JUSTIFICATIVA

O Distrito de Entre Rios é um território urbano localizado a 160 km da sede do distrito sede do município de Nova Uiratã-MT. Com uma população estimada de 958 (novecentos e cinquenta e oito) habitantes<sup>1</sup> sua economia é baseada, em suma, na agricultura, estando inserida em um processo gradual de transição de atividades econômicas, iniciados com a exploração/beneficiamento de madeira, sendo sucedida por atividades de pecuária extensiva.

Segundo dados do IBGE (2010) sua população é, em sua maioria, jovem e jovem adulta, e o índice médio de IDH de 0,669, que fora recém alcançado segundo informado pela PNUD, acompanham a realidade do Município de Nova Uiratã.

Segundo os técnicos do Grupo de Trabalho Estadual do Projeto Rede Amazônia no Estado de Mato Grosso (GTE-MT) o distrito Entre Rios apresenta condições socioeconômicas distintas do distrito da sede de Nova Uiratã. A área de estudo apresenta baixas taxas de empregabilidade, altas taxas de informalidade, infraestrutura deficitária ou inexistente, e baixo acesso a serviços, tendo isto em vista espera-se contribuir a partir da proposição de um plano de Ações que possibilitem melhorar não somente a infraestrutura local sobre a perspectiva de um ordenamento territorial, mas também contribuir para o aumento da qualidade vida da população.

Acredita-se que a proposição de novas medidas para a construção de um espaço socioambiental justo possa, para além de contribuir com a qualidade de vida dos locais, abrir possibilidade para novas perspectivas socioeconômicas, implantação de serviços necessários, e conseqüentemente, abrir caminhos para o desenvolvimento local.

## **2. CAPÍTULO 01 - BREVE ANÁLISE DA REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS NO BRASIL**

### **2.1. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

#### **2. 1. 1. Breve histórico dos conflitos agrários nacionais**

---

<sup>1</sup> Conforme dados fornecidos pela Prefeitura, foi estimada a população a partir do quantitativo de ligações de águas instaladas no Distrito.

Inicialmente regido pelo sistema sesmarial, o território brasileiro juntamente com os proprietários oficiais das terras, contou sempre com um grande contingente de trabalhadores desprovidos de terra. A criação de uma nova legislação sobre o acesso às terras no Brasil acontece em 1850, por meio da Lei de Terras, e demonstra grande sincronia com a abolição da escravidão e a restrição do acesso às terras à massa de não proprietários da colônia. .

Segundo José Graziano Silva, a nova lei aprovada em 1850 que rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser adquiridas mediante a compra e venda, sendo os rendimentos oriundos dessas transações voltados à políticas de imigração de colonos da Europa. Sendo uma jogada dupla onde restringia-se o acesso à terra à uma grande massa de colonos desprovidos de capital e organizava-se a transição econômica do país de uma economia escravista para um mercado de trabalho livre.

Essa configuração do acesso à terra no território nacional engendrou diversos conflitos que povoaram o cenário rural brasileiro: movimentos messiânicos, ligas camponesas, movimento dos trabalhadores sem terra dentre outros. A espacialização e o percurso dos conflitos pelo território nacional pode ser interpretado através do conceito de frente de expansão trazido por Martins (2009). Sendo esse movimento uma expansão da sociedade pelo território e conseqüentemente do modo de produção capitalista com suas leis, conflitos e práticas em novas áreas que anteriormente estruturavam-se em outras lógicas. Esse processo de expansão, conflito e expulsão foi e continua sendo vigente, tendo certas particularidades em cada período histórico, muitas vezes também estimulado através de políticas públicas.

### **2.1.2. Início das políticas de projetos de assentamento**

As primeiras formas de assentamentos e colonização remontam o período conhecido como Marcha para o Oeste por volta de 1937 com empreendimentos chamados Colônias Agrícolas Nacionais, com experiências no meio oeste goiano e sudoeste do Paraná. Essas políticas de assentamento eram e ainda são utilizadas pelo Estado como uma maneira de aliviar tensões e conflitos agrários em uma região, transferindo e assegurando a colonização de novas áreas, essas ditas “vazias” mas

também com outros ocupantes, os originários povos indígenas, numa sucessão histórica de expulsão.

Em meio à primavera das ligas camponesas e articulação do Partido Comunista Popular, o clamor “Reforma Agrária na Lei ou na marra” ecoou mais alto. A Reforma Agrária tornou-se pauta escrita com letras garrafais nos noticiários e na agenda política nacional.

Após o golpe de 64 sob o lema “ Integrar para não Entregar” articulam-se os PIC’s (Projetos de Integração e Colonização) em especial na região amazônica. Após esse período em meados de 1984 às vésperas do período de redemocratização do país os movimentos se agitavam e na constituição de 1988 a desapropriação por interesse social permitiu que os movimentos fossem à linha de frente, reivindicar aquilo que historicamente sempre foi negado aos trabalhadores rurais.

Inicia-se ao longo dos anos a instalação de diversos assentamentos da reforma agrária, ancorados em uma política pública que também tinha seus aspectos econômicos, sociais e especialmente territoriais. Afinal quais elementos eram necessários para se constituir um assentamento da reforma agrária?

## 2. 2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS

### **2.2.1. Elementos estruturantes dos assentamentos**

Os assentamentos rurais se configuram enquanto territórios de reinvenção do modo de vida rural. Efetivados em espaços sob domínio anterior de grandes proprietários, trazem consigo vestígios das antigas práticas ali realizadas que se transformam pelo fazer cotidiano das famílias assentadas. Sua materialização enquanto novos territórios e admitindo que a mudança social se manifesta também na materialidade concreta do espaço, tais mudanças de grande propriedade, para inúmeras pequenas propriedades implicam na transformação desses territórios, bem como na reestruturação de suas relações, políticas, sociais e culturais. Essas alterações estão envolvidas em um processo de territorialização –desterritorialização - reterritorialização, que consiste num constante movimento da sociedade em seus conflitos e rearranjos no espaço (BAREL 1986, apud HAESBAERT, 2016, p.169).

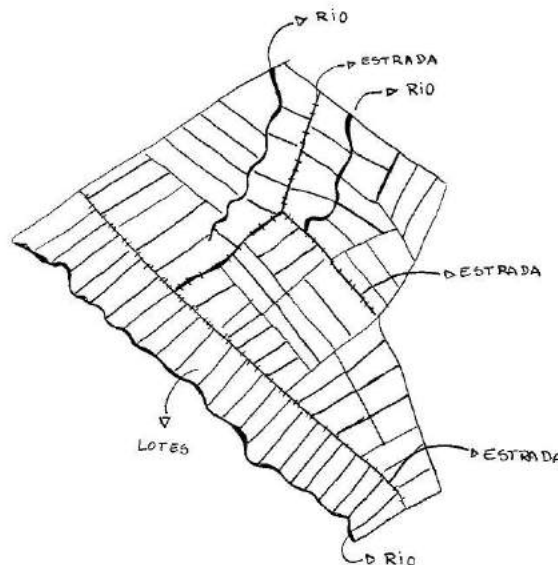
Nesse território reina uma lógica, que segundo os conceitos de leitura da paisagem de Magnoli (2006, p.178) apresentam-se da seguinte maneira. Os processos de suporte seriam a topografia, solo, hidrografia e fitofisionomias que a partir da interação humana a partir de um lógica própria e processos socioculturais resulta nas expressões físicas. Tais expressões seriam os lotes, área comunitária, reserva legal, sistema viário e área de preservação permanente. Essas expressões ou elementos, arranjam-se de diversas maneiras, configurando formas de parcelamento, verdadeiras tipologias, replicadas e solidificadas ao longo do tempo. Desse modo, como diria Santos (2008,p.46) o espaço seria portanto algo dinâmico onde a materialidade e ação humana reúnem-se.

### 2.2.2. Tipologias

Seguindo a colocação de Santos (1988,p.67) de que os espaços articulam-se em muitos padrões que nada mais são que a combinação estilística de elementos fundamentais.

A partir das primeiras experiências na década de 80, surgiu o chamado “quadrado do burro” ou “espinha de peixe” que consiste em lotes individuais que reúnem moradia e produção em ao longo de um arrumaneto. (GOLDFARB,2007,p.6).

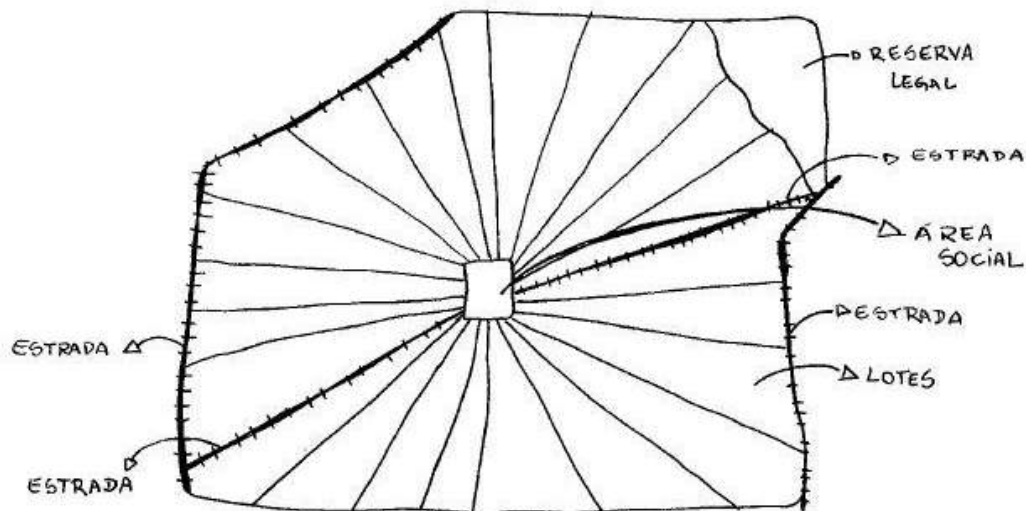
**Figura 01:** Parcelamento de Agrovila tipo “Quadrado do burro” ou “Espinha de peixe”.



Elaboração: GOLDFARB (2007).

O parcelamento no modelo agrovila caracteriza-se pela criação de lotes de produção com dimensões rurais e lotes com dimensões urbanas voltados à moradia que segundo Goldfarb (2007,p.10), também possui a vantagem de baratear o custo da instalação da infraestrutura e aproximar as famílias assentadas. Por último, o parcelamento no modelo raio de sol apresenta áreas comunitárias coletivas circundadas por lotes que fundem produção e moradia. Segundo Carrafa (2014, p.88) a proximidade gerada nas agrovilas facilita o convívio das famílias, a comunicação e o transporte, além desse adensamento facilitar a implantação e alcance das políticas públicas.

**Figura 02:** Parcelamento de Agrovila tipo “Raio de Sol”.



Elaboração: GOLDFARB (2007).

### **2.2.3. Uma análise da tipologia agrovila.**

Através de revisão bibliográfica buscou-se trazer um panorama das experiências do parcelamento do tipo agrovila em diversos locais do território brasileiro. Em um primeiro momento trazemos a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), de acordo com Goldfarb (2007, p.62) a estratégia de luta do movimento amplia-se englobando também parte de sua base que não encontra-se no campo, mas nas cidades. A aglutinação ao movimento dessa população marginalizada, colocando o campo como alternativa à cidade e também discutindo o modelo organizacional desses

novos assentamentos. Segundo Monção (2009 p.8) na região de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais, os moradores de agrovilas relatam que morar nas agrovilas torna difícil as atividades rurais. Por consequência muitas vezes as famílias acabam por abandonar seus lotes nas agrovilas e mudam-se para habitações em estado precário nos lotes de produção.

Essa frequente evasão das agrovilas e vendas de lotes pelos moradores originários são relatadas por Moraes (2019, p.10) que traz a realidade das agrovilas de Projetos de Assentamento do estado do Acre. Grande parte da população dessas agrovilas constitui-se de migrantes, sem opções de trabalho e condições ruins em seus locais de origem. Portanto essas localidades oferecem oportunidades e são tidas por alguns como “eldorados” dos dias atuais. Dentro desse processo alguns tornam-se empresários, outros praticam agricultura de subsistência, alguns acabam por engrossar o contingente do proletariado rural, sendo esses os que mais sofrem com esse adensamento das agrovilas e aumento dos aluguéis e valor da terra.

Portanto a agrovila surge da necessidade e discussões oriundas do movimento popular e estrutura-se integrada aos lotes rurais inseridos em um assentamento da reforma agrária. No entanto, a introdução da agricultura mecanizada, as novas exigências do mercado internacional corroboram para as transformações segundo Wanderley (2004, p.44) de parte dos camponeses em agricultores familiares. A financeirização e mecanização do assentamento reflete também nos arranjos sociais dentro da agrovila, aumentando o número de serviços especializados voltados à atividades agrícolas, serviços de manutenção de equipamentos, cooperativas de crédito e a possibilidade de existência de um contingente grande de trabalhadores temporários por vezes migrantes, por vezes assentados não adaptados ao novo cenário da agricultura global.

#### **2.2.4. Campo-cidade**

De acordo com Wanderley (2009, p.77) as relações campo cidade consistem em uma via de mão dupla e suas diferenças não caracterizam-se como algo negativo mas sim complementares e que uma maior vinculação com o urbano não significa a “crise do rural”, sendo a cidade uma nova fase obrigatório do desenvolvimento dos núcleos

rurais . Entende-se que a área rural conta com serviços limitados e a população do campo constrói uma “ área de circulação” centrada em sua moradia orbitando esse ponto em busca de bens e serviços. De modo a organizar a natureza desses serviços utilizaremos as categorias de INSEE (2003,p.6). Segundo o autor os serviços são separados em “de proximidade” que são os que atendem à vida cotidiana ligado à base residencial como pequeno comércio e transporte. Os serviços intermediários seriam bancos, serviços públicos e grande comércio. Por fim os “serviços superiores” seriam exposições artísticas, universidades e espetáculos teatrais.

A intensidade e a natureza desses deslocamentos em busca de serviços dizem muito sobre o estágio de estruturação desse núcleos rurais, conforme diz Wanderley (2009,p.74). A autora reforça que os núcleos rurais apresentam em maior ou menor grau, “amenidades modernas”, fato esse que permite a instalação de populações migrantes mais ou menos urbanas ou a predominância de população de origem local.

**Quadro 01:** Características de Agrovila e Vila Urbana

Agrovila	Vila Urbana
Espaço onde os indivíduos encontram-se em meio rural dotado de equipamentos urbanos, mas preservam a sociabilidade camponesa.	Aglomerado urbano que não alcançou a condição de cidade
Mantém atividades agrícolas diversificadas em menor escala dentro dos lotes como hortas e criação de pequenos animais.	Possui comércio, serviços e alguma economia de auto suficiência.
A produção na terra, em geral, é usada para a subsistência de seus moradores, embora possa ser comercializada, em feiras urbanas, por exemplo.	Bens e serviços mais estruturados ou específicos não são oferecidos, sendo necessário recorrer frequentemente a centros urbanos maiores para atender a necessidade.
As terras podem ser cedidas, desapropriadas, arrecadadas pelo Poder Público, adquiridas ou incorporadas.	As terras podem ser cedidas, desapropriadas, arrecadadas pelo Poder Público, adquiridas ou incorporadas.
Em geral seu espaço é racionalizado através de planejamento prévio. E as dimensões dos lotes são maiores que as de núcleos urbanos convencionais.	Geralmente o espaço urbano divide-se em parcelamentos diferentes de períodos distintos que integram-se e seguem a lógica de autoprodução do espaço.

Elaboração: os autores, 2022, com base em Alves (2020), Ribeiro (2022), Goldfarb (2007).

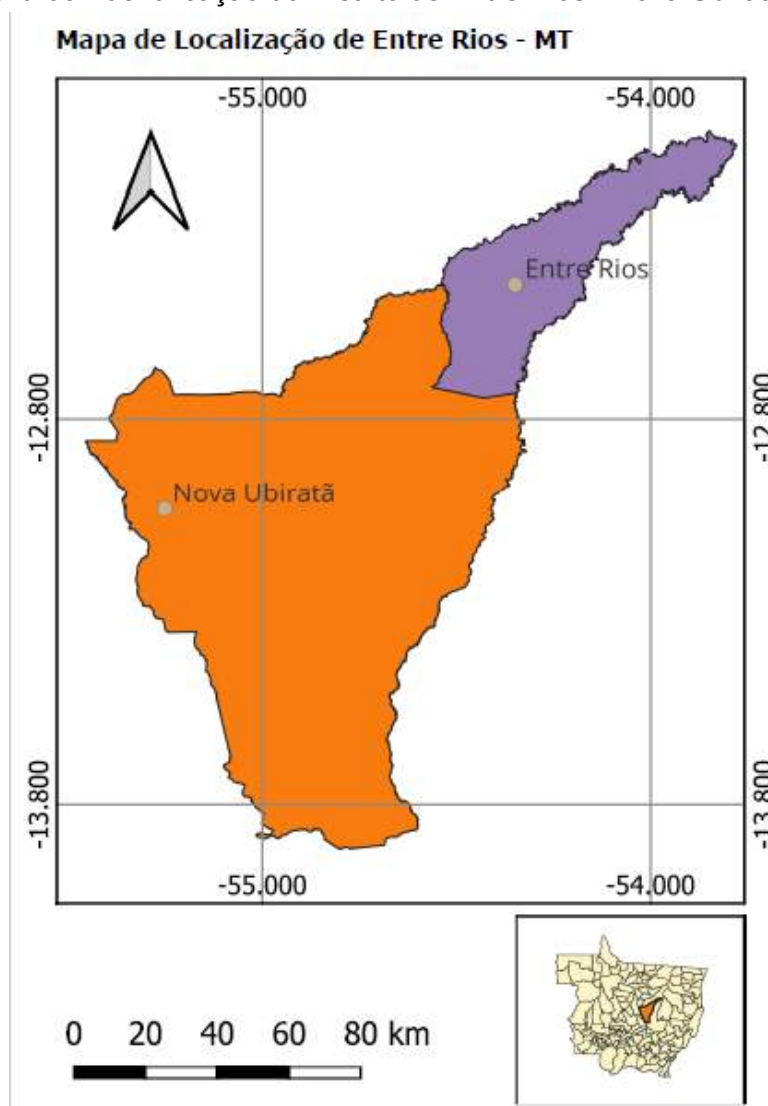
### 3. CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO.

##### 3. 1. 1. Localização, Clima e Bacia Hidrográfica

O distrito de Entre Rios está localizado ao norte do município de Nova Uiratã (MT), a 160 km do centro do distrito sede, Nova Uiratã. Em termos mais específicos, o distrito de Entre Rios encontra-se na mesorregião 127, e na microrregião 523 - Alto Teles Pires, no norte mato-grossense.

**Figura 03:** Identificação do Distrito de Entre Rios - Nova Uiratã - MT



Elaboração: Os autores, 2022.

Fazem divisa com o distrito de Entre Rios, o município de Feliz Natal (ao norte), o município de Paranatinga (ao leste), e os distritos de Santa Terezinha do Rio Ferro (no Noroeste) e Novo Mato Grosso (ao sul).

O território do distrito de Entre Rios, assim como os outros sete distritos de Nova Ubitatã, é composto, em sua maioria, pelo bioma amazônico, e possui parte significativa do território com características do bioma cerrado.

Este distrito está inserido na Grande Bacia Hidrográfica Amazônica, para qual contribuem as bacias de Teles Pires e Xingu, e seu clima predominante é o equatorial quente úmido, sendo que durante os meses de maio a agosto há um período de “seca”, no qual a temperatura máxima pode alcançar 40 °C.

### **3. 1. 2. Histórico do Distrito: O Município de Nova Ubitatã e o surgimento de Entre Rios**

O município de Nova Ubitatã, onde hoje se encontra o Distrito de Entre Rios, foi fundado pelo Sr. Manoel Pinheiro. Segundo disposto no IBGE (2022), os moradores mais antigos da localidade relatam que a denominação do município é referência à fazenda Ubitatã, território onde se desenvolveu um núcleo de mesmo nome.

Há também outra corrente que afirma que o nome do município é uma homenagem a uma cidade do centro-oeste paranaense de nome “Ubitatã”. Aos que acreditam nesta corrente, os primeiros colonos que vieram do Paraná batizaram o novo território com o mesmo nome da cidade de origem.

Parte da antiga Fazenda Ubitatã foi colonizada pela empresa COMIPIL - Comércio de Imóveis Pinheiro Ltda, cujo o principal acionista era o fundador da localidade que daria início ao município de Nova Ubitatã, o Sr. Manoel Pinheiro.

Em 19 de dezembro de 1995, através da Lei estadual nº6691/1995, a localidade de Ubitatã foi elevada à categoria de município, recebendo a denominação de “Nova Ubitatã”. O novo município se desmembrava, neste período, dos municípios de Vera e Sorriso, que atualmente fazem fronteira (a oeste) com Nova Ubitatã.

Em 1 de janeiro de 1999, o município é constituído de seu distrito sede, e após oito anos, em 2007, a partir de uma nova definição administrativa-territorial, o município instala mais seis distritos, compondo um total de sete distritos, denominados: Nova Ubitatã (Sede), Entre Rios, Novo Mato Grosso, Parque Água Limpa, Piratininga, Santa Terezinha do Rio Ferro e Santo Antônio do Rio Bonito.

Em 23 de junho de 2009, é instituída a Lei municipal nº486/2009, que cria, oficialmente, o Distrito de Entre Rios a partir do desmembramento do Distrito de Santa Tereza do Rio Ferro. Segundo a lei de criação do distrito em questão, o recente distrito se localiza a 150 Km da área urbana de Nova Ubitatã, e foi batizado com este nome em detrimento de estar localizado na confluência entre os rios Von den Steinen e Ronuro.

Atualmente, a região que compreende o distrito de Entre Rios, apresenta um significativo adensamento, que teve sua origem com a instalação do Projeto de Assentamento Boa Esperança I, II e III no ano de 1998. Foram ao todo 395 famílias assentadas, contando também com uma agrovila, onde cada família assentada contava com um lote rural de produção e um lote de dimensões “urbanas” na agrovila.

As famílias que se estabeleceram na agrovila, inicialmente, ingressaram nos lotes desenvolvendo a atividade de extração de madeira, posteriormente, semearam capim para estabelecimento da pecuária, e depois desenvolveram atividades relativas à pecuária. Recentemente, sabe-se que aqueles que se mantiveram no distrito ou que vieram em busca de novas oportunidades de desenvolver atividades na terra, tem se focado na lavoura mecanizada.

### **3. 1. 3. Dados demográficos**

Em virtude do registro limitado da Secretaria de Assistência Social do Município que resumem-se à poucos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os cadastros do CAD-Único, situação que contrasta com a realidade em campo de inúmeras famílias de baixa renda e moradias em estado de desconformidade urbana. Foram utilizados alguns cadastros para estimar a população da agrovila e do assentamento. Segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), a agrovila de

Entre Rios conta com 242 cadastros ativos, em outras palavras, residências. Já segundo a Secretaria Municipal de Saúde somam-se na agrovila 255 moradores. De acordo com o Censo 2010 do IBGE a agrovila de Entre Rios conta com 183 domicílios permanentes, tendo em vista o tempo transcorrido do referido censo e as aproximações e ajustes feitos pela escala do trabalho, adotamos um trabalho mais como um referencial do que como um retrato atual da localidade.

### **3. 1. 4. Dados Socioeconômicos**

Segundo dados do IBGE (2018) apresentados pelo SEBRAE (2019), o município de Nova Ubitatã apresenta um IDHM de 0,669 (índice de faixa mediana de desenvolvimento humano considerado pelo PNDU), 2.799 empregos formais, 60,10% dos estabelecimentos ligados à agropecuária; 19,19%, ao comércio; 7,07%, à indústria; e 13,64% são de prestação de serviços; e uma taxa urbanização, em relação aos municípios da região, de 64,3%. São números que parecem significativos ao se considerar o porte do município de Nova Ubitatã. No entanto, esses números, em sua maioria, refletem a realidade do distrito sede Nova Ubitatã, que possui maior quantidade populacional, maior infraestrutura urbana e maior quantidade de acesso a serviços. Os seis outros distritos, conforme dispostos mais distantes do centro distrito sede, mais se distanciam da realidade dos números apresentados, como é o caso de Entre Rios, que se situa 160 km do centro da sede municipal de Nova Ubitatã.

Dos dados apresentados do município, pode-se afirmar que o distrito de Entre Rios se enquadra entre os locais em que o setor da agropecuária é aquele que mais emprega, mas o distrito acaba contrastando com os dados municipais tendo a segunda maior taxa de empregabilidade, em sua maioria informal, voltada para a área de extração de madeira.

Através de alguns documentos da prefeitura que foram disponibilizados pelos técnicos do Grupo de Trabalho Estadual, foram identificados no CadÚnico somente o registro de dez responsáveis familiares em todo a agrovila de Entre Rios. Um número extremamente baixo e que pelo que se observa no localidade a partir das visitas de campo não condiz com a realidade. Desta forma, pode se inferir a partir da análise da situação do município e destes números que: os dados coletados do distrito em

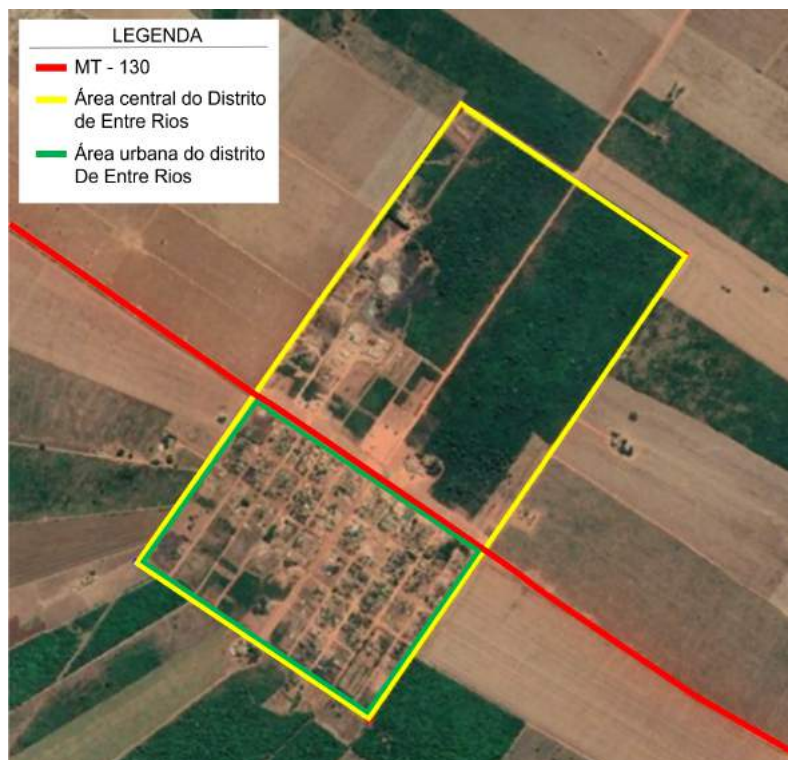
questão estão desatualizados e incompletos, principalmente no que se refere a proporção de cadastrados no CadÚnico e na quantidade de pessoas que se caracterizam no município como de baixa renda.

Segundo informações dos técnicos que estiveram presencialmente na área piloto, um levantamento socioeconômico mais detalhado especificamente sobre o distrito de Entre Rios tem sido elaborado em virtude da execução do programa Rede Amazônia: viver, morar, preservar.

### 3. 1. 5. Situação infraestrutural do distrito e os problemas identificados

O distrito de Entre Rios possui, atualmente, cerca de 54.793, 55 Ha, mas destes somente uma pequena parcela (aproximadamente 70,22 ha) é considerada urbanizada, que é onde se constitui o núcleo ativo do distrito, possuindo maior concentração de serviços e pessoas.

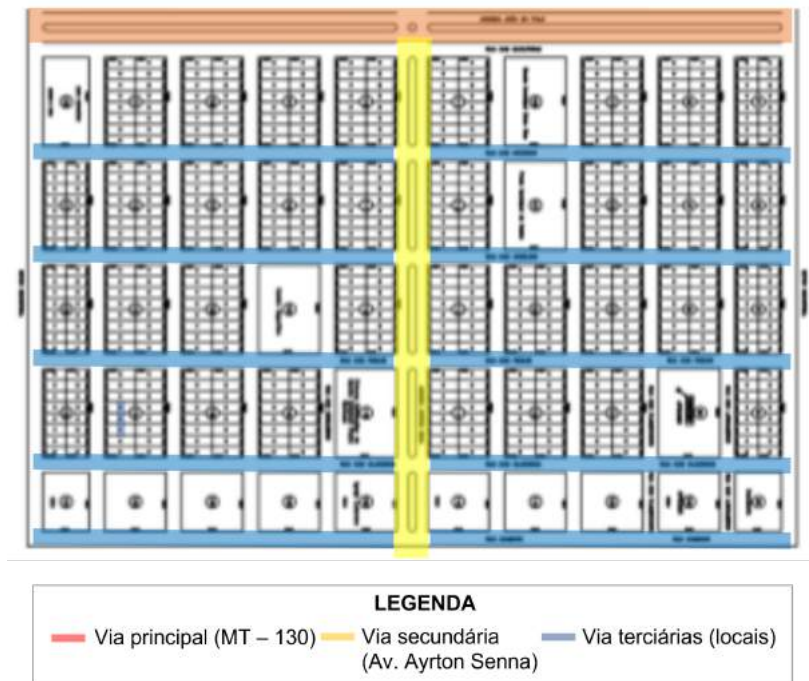
**Figura 04:** Identificação da área central, área urbanizada, e da rodovia MT-130 do Distrito de Entre Rios.



Elaboração: os autores, 2022

Sua configuração é de uma agrovila e seu parcelamento, bastante ortogonal, foi estabelecido pela gestão pública no contexto do Projeto APROGER (Associação dos Produtores Rurais da Gleba de Entre Rios).

**Figura 05:** Vias projetadas e a hierarquização viária pré-estabelecida (adaptado).



Elaboração: os autores, com base no material do acervo da Prefeitura de Nova Ubiratã, 2022.

Apesar de a ocupação não ocorrer exatamente como planejado, muito do traçado original da gleba ainda se mantém. Há uma hierarquia viária remanescente bem estruturada. A via principal, que dá acesso ao centro de Entre Rios, é determinada pela MT-130, a via secundária é determinada pela Av. Ayrton Senna, que dá acesso interno a gleba e as vias locais.

É notável que o núcleo do distrito ainda passa por processos de estruturação e consolidação, principalmente quando se afasta das imediações da rodovia MT-130. Quanto mais se afasta da rodovia, que é o principal acesso a este núcleo urbano, mais percebe-se uma ocupação esparsa, com sinais de ocupações recentes ou em processo de edificação, infraestrutura bem rudimentar, com quase nenhuma via pavimentada ou com meio fio, e sinais claros, em muitos pontos, de desmatamento, uma das primeiras atividades que ajudaram a abrir a referida área para a ocupação. Em termos gerais, a infraestrutura do assentamento poderia ser enquadrada em situação de desconformidade.

Segundo SANTOS (2018) apud Cortez (2011), Araújo (2008), Savini e Kammerer (1961), e considerando todas as características do núcleo do distrito de Entre Rios, este se classificaria como um espaço de ocupação incipiente, um espaço que a autora define como “Urbano Inicial”, onde há quantidade significativa de remoção da vegetação, perfuração de poços rasos, quantidade significativa de fossa rudimentar, e construções em adensamento. Observar figura 06, elaborada por SANTOS (2018).

**Figura 06:** Evolução do processo de ocupação do solo - Do Urbano-Rural ao Urbano consolidado.



Elaboração: SANTOS (2018) a partir de Cortez (2011), Araújo (2008), Savini e Kammerer (1961)

Em 02 de março de 2010, a Prefeitura de Nova Ubiratã instituiu através da Lei nº 508/2010, que a partir daquela data estavam autorizadas as criações de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no município. Entendendo que as ZEIS podem ser aplicadas às áreas de terra irregularmente ocupadas ou que tenham pendência de regularização fundiária, e que sejam áreas ocupadas por assentamentos em estado de precariedade, e que possuam áreas ociosas ou vazias que possam ser utilizadas para a

produção de habitação, esse decreto tornou possível que o distrito de Entre Rios pudesse ser enquadrado como objeto de Programas de Regularização Fundiária de Interesse Social<sup>2</sup>

A referida lei que considera a área urbanizada de Entre Rios um assentamento precário ou em desconformidade urbana, vem a corroborar com uma realidade que o distrito vem apresentando desde antes de sua criação. Diversos problemas vêm se consolidando e dando subsídios para novos e diferentes problemas. A partir de análises realizadas em cima de documentos disponibilizados pela prefeitura, de notícias encontradas sobre o distrito e de informações e percepções coletadas em campo, foram destacados alguns dos principais problemas considerados como aqueles que mais impactam os moradores da área urbana do distrito.

- **Situação de desmatamento de Entre Rios**

A atividade de desmatamento que já foi bem mais forte no distrito ainda se faz bastante presente nos dias atuais. Para quem visita o centro do distrito, é perceptível que o desmatamento ainda avança, não só pela expansão do centro, mas também porque a atividade ainda é considerada rentável a muitos no distrito. Pequenos montes de rejeitos de madeira descartada em muitas esquinas indicam a presença de serrarias que se prontificam a beneficiar esta madeira advinda dessa atividade.

---

<sup>2</sup> Através do decreto municipal nº 0103/2021, instituído em 05 de outubro de 2021, e através da portaria nº 0615/2021, de 08 de outubro de 2021, ficou disposto a criação do Grupo de Trabalho Municipal – GTM responsável por implementar, no município de Nova Ubiratã, o Projeto Morar, Conviver e Preservar, do Programa Rede Amazônia, que visa realizar a regularização fundiárias de áreas reconhecidas como assentamentos precários de interesse social. Em Nova Ubiratã, uma parcela do território do distrito de Entre Rios, com matrícula nº 3355, foi selecionada para ação piloto do programa.

**Imagem 01: Registro da atividade de comercialização de madeira em Entre Rios.**



Fonte: Acervo da Prefeitura de Nova Ubiratã, 2021

Segundo Carvalho, em matéria publicada no jornal “O globo”, em 2011, o distrito tem um dos piores cenários de desmatamento do município de Nova Ubiratã. A autora relata que isso tem trazido diversos problemas ao meio ambiente e à comunidade local que não tem a mata desmatada restaurada.

O pior cenário é o dos assentados em Entre Rios. A área não deveria estar ocupada, o que levou o Ibama a acionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A saída é a chamada compensação ambiental - comprar área em outro lugar para manter preservada e "compensar" o estrago no local.”

O desmatamento contribui para uma paisagem árida e bem lamacenta em períodos de chuva, já que não há pavimentação asfáltica na maioria das vias do distrito, e bem empoeirada nos períodos de seca. A arborização na área central do distrito é parca.

Carvalho (2011) destaca que o que torna o desmatamento tão atrativo, apesar dos danos causados, é o fato de muitos não terem outras alternativas rentáveis para sobreviver.

Quem não consegue dinheiro para produzir trabalha nas fazendas e fica com a terra própria parada. Outros, perto de fazendas, optam por plantar milho. As mil famílias do assentamento Entre Rios ficam a 150 km da cidade. Olhando no

mapa aéreo do Inpe, é uma grande clareira aberta no meio da mata. Sem ter como sobreviver, muitos assentados cortam madeira para vender, repetindo o ciclo

- **Acesso ao distrito de Entre Rios**

Anualmente as estradas de acesso ao distrito ficam danificadas e com atoleiros nos períodos mais intensos de chuva, que ocorrem entre os meses de dezembro à março. As medidas de contenção tomadas pela prefeitura são de cascalhamento e utilização da motoniveladora (popularmente chamada de patrola). As más condições das estradas comprometem o trânsito dos moradores de Entre Rios ao distrito sede. Comprometem também o acesso a serviços básicos como o de atendimento de Emergência de Saúde, o traslado até os órgãos da prefeitura, transporte de mercadorias, por exemplo.

**Imagens 02 e 03: Situação das vias no período de chuva.**



Fonte: Acervo da Prefeitura de Nova Ubiratã, 2021.

- **Abastecimento parcial de água**

Segundo relato de diversos moradores o fornecimento de água atende somente algumas residências da agrovila, sendo o mesmo intermitente. A ausência de rede de água em certas porções da agrovila faz com que muitos moradores mudem-se para regiões mais centrais e conseqüentemente mais valorizadas para terem acesso ao abastecimento de água.

- **Ausência de Espaços Livres de Uso Público voltados à população**

Conforme relatos dos moradores durante as atividades de campo do Programa Rede Amazônia, a prefeitura instalou uma academia ao ar livre com equipamentos metálicos no centro de uma rotatória na estrada principal que corta o distrito de Entre Rios (observar **imagens 04 e 05**). A recém implementada academia é desprovida de sombra, equipamentos, e estabelecida em uma área pouco usual, o que acaba tornando o equipamento urbano pouco atrativo aos moradores que buscam uma atividade física ou espaços de lazer e recreação.

Há também, um campo de futebol que, segundo a equipe de campo, é muito utilizado pela população para prática do esporte, apesar da estrutura desconforme.

**Imagens 04 e 05:** à esquerda, a academia ao ar livre, e à direita, o campo de futebol largamente utilizado pela população local.



Fonte: Acervo da Prefeitura de Nova Ubiratã, 2021.

O distrito de Entre Rios possui, segundo análise de dados, matérias e relatos do levantamento presencial, uma infraestrutura limitada. Os problemas elencados acima, são só alguns dos presentes no município. Entendendo que estes problemas podem ser mitigados se houver uma orientação, diretrizes que estabeleçam a melhor forma de trazer melhorias e bem estar aos moradores do distrito de Entre Rios, decidiu-se por elaborar um Plano de Ação.

### 3. 2. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ATRAVÉS DO PROGRAMA REDE AMAZÔNIA

O processo de Regularização Fundiária de Entre Rios está sendo coordenado de maneira mais intensa pelo GTE-MT composto por Arquitetos Urbanistas, professores e discentes da Universidade Federal de Mato Grosso. Os trabalhos

presenciais até o momento aconteceram em três etapas distintas. Na primeira, em meados de Junho de 2021 a equipe realizou o Levantamento Planialtimétrico com uso de GNSS e drones, além de ter uma breve conversa explicando a natureza do trabalho junto à comunidade, além de reuniões junto ao Cartório e à Prefeitura Municipal. Na segunda etapa no mês de Outubro de 2021, foi apresentado aos servidores da Prefeitura a Planta de Regularização Fundiária e Projeto Urbanístico, já na localidade de Entre Rios foi realizado um cadastro presencial através da autodeclaração dos ocupantes munidos de documentos pessoais e comprobatórios da posse de seus respectivos terrenos. Em dezembro de 2021 a versão final da Planta de Regularização Fundiária foi enviada à Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, junto com formulários por quadra e uma base de dados que cruzou informações da Secretaria de Saúde, Assistência Social, IPTU e Serviço de Abastecimento de Água.

No início de fevereiro de 2022 servidores da Secretaria de Assistência Social deslocaram-se até o distrito para realizar a conferência lote a lote dos moradores e coletar os dados socioeconômicos dos moradores.

Dentro desse processo, trabalhar com uma agrovila que apresenta um outro padrão de sociabilidade, maiores dimensões de lotes e uma grande conexão com atividades agrícolas nos fez repensar os conceitos das precariedade usualmente adotados em centros urbanos mais consolidados. A ausência de asfaltamento, o grande número de casas de madeira, criação de pequenos animais e hortas para subsistência. Procurou-se também calibrar o plano de ação para um modelo urbano menos contrastante com a realidade observada, promovendo melhorias porém entendendo as singularidades da localidade, sua relativa distância de outros centros e a maneira com que o poder público aplica e consegue dar manutenção às infraestruturas instaladas.

#### **4. CAPÍTULO 03 - PLANO DE AÇÃO PARA O DISTRITO DE ENTRE RIOS**

##### **4. 1. ETAPA I: ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA AGROVILA DE ENTRE RIOS**

Nessa etapa trazemos duas linhas do tempo em forma de imagens datadas, do Assentamento Boa Esperança e da Agrovila de Entre Rios. Além dos recursos citados anteriormente foram utilizados para análise da configuração espacial da agrovila ilustrações que trazem as características do sítio físico, do sistema viário e dos tipos de uso presentes em cada lote da localidade.

**Figura 07:** Linha do tempo do Assentamento Boa Esperança I,II e III.



Elaboração: os autores, 2022.

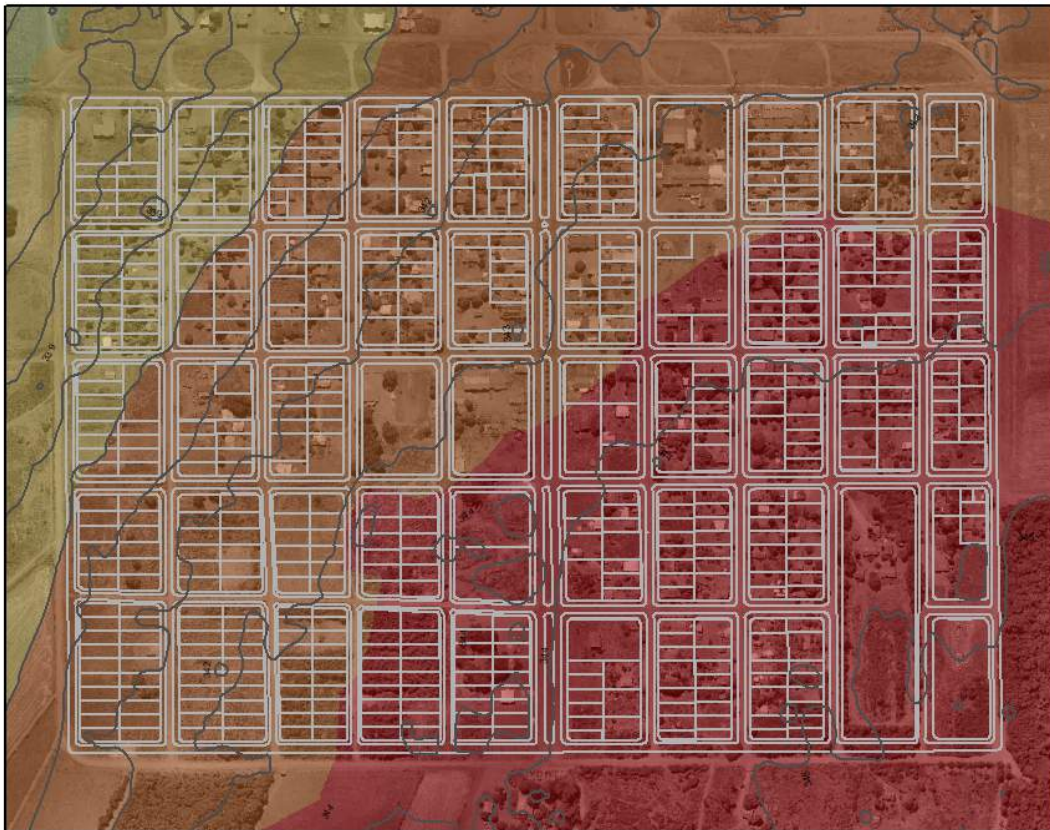
**Figura 08:** Linha do tempo da Agrovila do Assentamento Boa Esperança I,II e III.









Elaboração: Os autores, 2022.

**Figura 09:** Mapa Hipsométrico da Agrovila do Distrito de Entre Rios.

## Mapa Hipsométrico



### Legenda

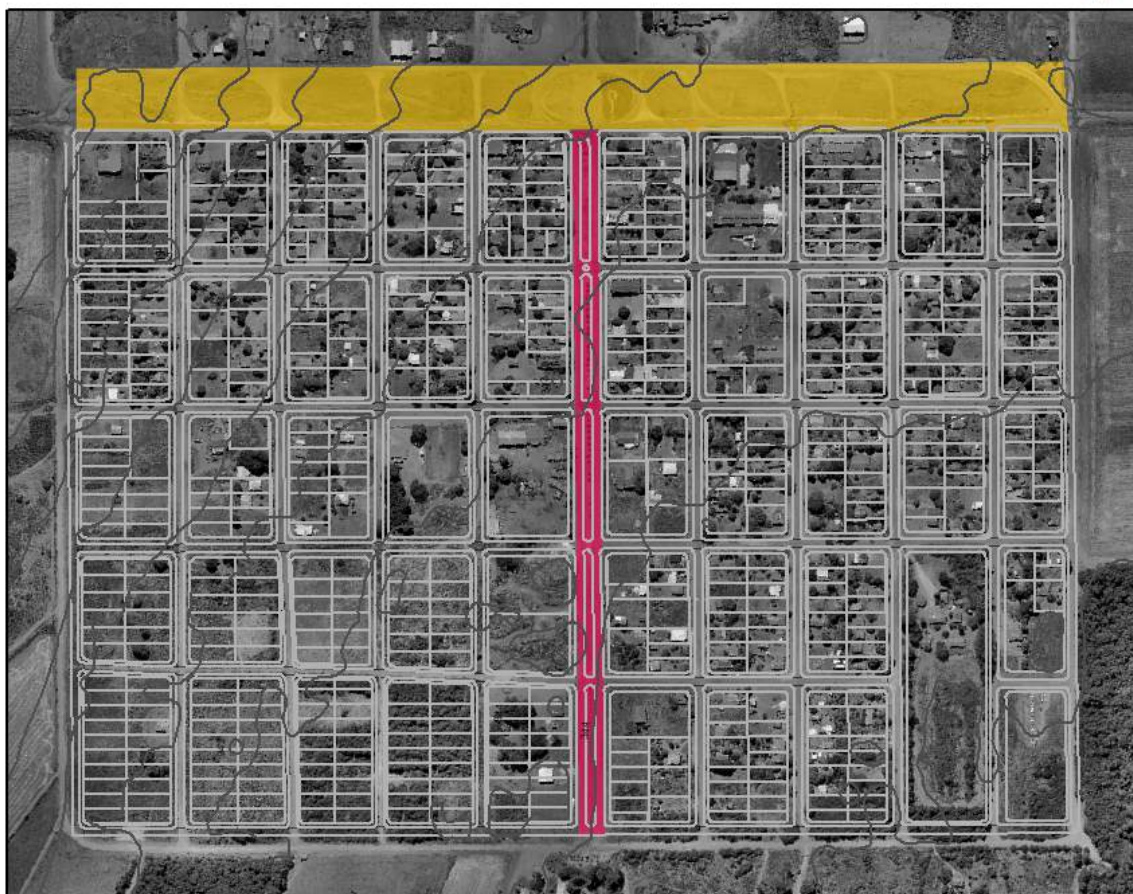
	343,5 - 347
	340 - 343,5
	336,5 - 340
	333 - 336,5
	329,5 - 333
	326 - 329,5

Elaboração: Os autores, 2022.


A topografia da localidade como apresentada no mapa apresenta baixa declividade, sendo as curvas representada de metro em metro. Dessa maneira tem-se poucas questões graves de escoamento de águas pluviais, erosão e danificação do sistema viário que atualmente não conta com asfaltamento.

**Figura 10:** Mapa de Hierarquia Viária da Agrovila do Distrito de Entre Rios.

## Mapa de Hierarquia Viária



### Legenda

-  Local
-  Principal
-  Secundária

Elaboração: os autores, 2022.

O sistema viário e a estruturação urbana, segue uma lógica do traçado ortogonal uma vez favorecido pela topografia plana, assemelhando-se aos projetos de colonização privada como Sinop e Vera realizados pela colonizadora Sinop em 1974 como retrata Azevedo (2015) e outros realizados pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat) como Pontes e Lacerda e Juína.

**Figura 11:** Mapa de Espaços de Uso Comunitário da Agrovila do Distrito de Entre Rios.

## Espaços de Uso Comunitário



### Legenda

USOOCUP

■ EC

Elaboração: Os autores, 2022.

A distribuição dos espaços comunitários concentra-se na porção Noroeste da Gleba nas proximidades da MT-130, que em virtude das dimensões gerais da gleba não caracteriza-se como um entrave aos deslocamentos da população que em sua maioria transitam de bicicleta ou a pé. No entanto nota-se a ausência de espaços livres de uso público voltados à população local.

**Figura 12:** Mapa de Lotes Vazios da Agrovila do Distrito de Entre Rios.

## Lotes Vazios



### Legenda

USOCUP

 LV

Elaboração: os autores, 2022.

De acordo com a análise dos lotes vazios, podemos afirmar que somente cerca de 65% de toda a gleba encontra-se ocupada. Essa situação permite a proposição de políticas de destinação de áreas voltadas à habitação de interesse social e espaços livres de uso público.

#### 4. 2. ETAPA II: BREVE ANÁLISE JURÍDICA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO DISTRITO

Considerando o perfil socioeconômico a partir da predominância da localidade, o Registro da Gleba enquadra-se enquanto Regularização Fundiária Social (REURB-S). Tendo em vista a diversidade socioeconômica do distrito, a existência de comércios de menor e maior porte e também a própria predileção da população por um ou outro instrumento jurídico, trazemos abaixo uma lista de alguns possíveis dentro desse cenário.

Nos lotes onde os requerentes enquadram-se no perfil de baixa renda, a legitimação fundiária, doação, concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso apresentam-se enquanto possibilidade. Já nos imóveis que fogem do enquadramento social dentre outros instrumentos apresentam-se como possibilidade a concessão de direito real de uso onerosa ou venda.

Tendo em vista a concentração de áreas aglutinadas de lotes desocupados dentro do parcelamento que contrastam com áreas mais consolidadas e centrais, propõe-se a um olhar amplo voltado à utilização de múltiplos instrumentos. Desse modo pretende-se caminhar no sentido de permitir que os imóveis circulem de maneira legal, prevendo segurança jurídica e estímulo à criação de novos comércios e serviços vinculados ao atual momento de transição de agrovila para vila urbana.





#### 4. 3. ETAPA III: DIRETRIZES DO PLANO DE AÇÃO

As diretrizes propostas foram elaboradas com base nas necessidades básicas mais latentes quanto à infraestrutura, melhoria do meio ambiente e paisagem do núcleo urbano de Entre Rios. Para melhor atender o distrito as diretrizes foram divididas em quatro eixos norteadores: Sistema Viário; Espaços Livres de Uso público e comunitário; Limites da Área de Intervenção; e Saneamento.

Uma vez que o núcleo do distrito possui uma quantidade significativa de áreas vazias, não sendo necessária a aquisição de novas áreas a matrícula, propõe-se que as diretrizes especificadas possam auxiliar a gestão municipal a aplicar as ações onde


for mais conveniente para que haja melhor distribuição de infraestrutura, saneamento, e equipamentos públicos.

**Quadro 02:** Diretrizes para Sistema Viário

Diretrizes para Sistema Viário	
Usar pavimento intertravado hexagonal para vias da gleba. Mais sustentável que o concreto/asfalto, exige baixa manutenção, possui uma vida útil longa, maior permeabilidade, reduzem o risco de aquaplanagem, possui capacidade de reflexão de luz, redução do calor e a instalação é considerada rápida.	
Melhorar a infraestrutura do canteiro central existente na Av. Ayrton Senna, estabelecendo melhor organização, meio fio, e desnível entre o canteiro e as vias.	
Nas vias locais que dão acesso ao interior da gleba, e que possuam calçada com espaçamento a partir de 4 metros, estabelecer canteiros laterais, onde possa haver plantio de plantas ornamentais de pequeno e médio porte.	
Pavimentar as calçadas com blocos retangulares intertravados. Este pavimento possui uma vida útil longa, maior permeabilidade, reduzem o risco de aquaplanagem, possui capacidade de reflexão de luz, redução do calor e a instalação é considerada rápida.	

Elaboração: Os autores, 2022.

**Quadro 03:** Diretrizes para espaços Livres de Uso Público e comunitário.

Espaços Livres de Uso público e comunitário	
Implementação de Hortas comunitárias em áreas públicas utilizando mão de obra voluntária local do distrito. Acredita-se que a implementação deste instrumento na gleba pode estimular a cultura local e gerar interação entre os residentes, além de produzir alimentos que possam ser consumidos pela própria comunidade ou vendidos nas áreas centrais, como a comunidade decidir.	

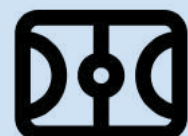
Criar espaços que possuam infraestrutura para funcionarem como “academias ao ar livre” no interior da gleba, e se estabeleçam próximo a praças/parques, ou espaços arborizados e com fácil acesso.



Instalar um ginásio composto com pelo menos uma quadra coberta e vestiário. De preferência, que a instalação seja localizada próximo ao campo de futebol já existente.



Requalificar o espaço destinado ao “campo de futebol” já utilizado pela comunidade com pelo menos uma pequena arquibancada coberta.



Implementar praças/parques arborizados, providos de iluminação pública mínima, e com áreas de recreação destinada a crianças, adultos e idosos.



Elaboração: Os autores, 2022.

#### **Quadro 04:** Diretrizes para Ajuste do Limite da Área de Intervenção.

##### **Limites da Área de Intervenção**

Ajuste da poligonal da matrícula de modo a incorporar as vias circundantes à agrovila à matrícula e conseqüentemente à propriedade da administração pública que dessa maneira poderá também comprometer-se com sua manutenção.

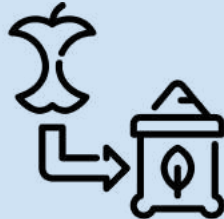




Ajuste dos limites definidos via matrícula do imóvel englobando a área da MT130 que na área urbana chama-se Avenida João do Pulo ao patrimônio municipal permitindo futura municipalização da atual rodovia estadual.



Elaboração: Os autores, 2022.

**Quadro 05:** Diretrizes para saneamento

Saneamento	
Implementar um sistema de compostagem de resíduos sólidos orgânicos. O material proveniente de compostagem pode ser utilizado como adubo orgânico da horta comunitária.	
Implementar galpão que sirva para armazenar o material advindo da coleta seletiva realizada pela Cooperativa de coleta seletiva de lixo.	
Melhorar infraestrutura existente do atual cemitério do distrito, determinando, no mínimo, a sua extensão, e mecanismos que distancie a implementação de hortas comunitárias ou plantações privadas, poços artesianos, entre outros, e que siga as orientações estabelecidas na Resolução CONAMA Nº 335, de 3 de abril de 2003.	

Elaboração: Os autores, 2022.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se desse modo através do trabalho realizado compilar aspectos urbanísticos, socioambientais e jurídicos em formato de plano de ação permitindo aos agentes detentores do poder decisório da localidade terem um panorama do cenário da agrovila do distrito de Entre Rios.

Além de se constituir em uma ferramenta que pode auxiliar no melhor compreensão das equipes técnicas sobre o fenômeno de transição urbana, também pode contribuir no diálogo com a comunidade e na definição do projeto socioambiental que exige um olhar sobre as necessidades socioeconômicas, familiares e relações socioculturais que devem se entrelaçar as medidas urbanísticas ora apresentadas neste trabalho. A proposta do Plano de Ação pode ser incorporada ao Plano de Regularização Fundiária, utilizando a espacialização e diretrizes propostas para a consolidação de um Plano de Comunicação e Mobilização Social com a comunidade, articulado entre GTE e Município, além de poder ser utilizadas nas decisões do Auto do Marco de Parcelamento e Caderno de Microparcelamento.

A bibliografia utilizada correspondeu às expectativas e permitiu a discussão de conceitos e entendimento de processos em curso através de um trabalho estruturado em diversos tópicos que compartimentam e sistematizaram autores das mais diversas áreas.

Acreditamos que o trabalho pela sua natureza alcance a superfície de uma série de discussões e soma-se num esforço de entender as aglomerações urbanas dispersas : inseridos na Amazônia Legal, oriundos de uma política de Colonização e Reforma Agrária e em meio à um processo de transição urbana, buscando rever conceitos e empréstimos teóricos que não respondem às suas perguntas de cunho singular. Além de consistir em um esforço em direção à um alargamento da compreensão de pesquisadores oriundos da área de Arquitetura e Urbanismo sobre esse processo multifacetado que consiste na Regularização Fundiária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mayk. Agrovila, além de ser moradia, também produz alimentos e gera renda. 12/06/2020. Agro2.0. Disponível em: <https://agro20.com.br/agrovila/>. Acessado em: jan 2022.

CADASTRO Central de Empresas 2022. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N10/510624010>. Acesso em: jan. 2022

CARVALHO, Cleide. **Segunda cidade que mais desmata tenta se reinventar. O globo.** 29/05/2011. O País, p. 4. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/nova-ubirata-em-mato-grosso-vive-crise-apos-intervencao-do-ibama-tenta-se-reinventar-2764078>

CARAFFA, Marina. **Projeto de assentamento rural. Um estudo do ambiente construído no Zumbi dos Palmares - Iaras/SP.** 2014. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.16.2014.tde-17102014-093759. Acesso em: 2022-01-25.

CAVALCANTE, M. B.; MORAIS, M. de J. **DINÂMICA ECONÔMICA DAS AGROVILAS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DIRIGIDOS PEDRO PEIXOTO E HUMAITÁ - ACRE, BRASIL. UÁQUIRI** - Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. DOI: 10.47418/uaquiri.v1i1.3131. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/3131>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2003. **Resolução** nº 335, de 3 de abril de 2003. Publicada no DOU no 101, de 28 de maio de 2003. Ministério do Meio Ambiente, 2020.

GEOGRAFIA DE NOVA UBIRATÃ. **Portal do Mato Grosso**, 2017. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/geografia-de-nova-ubirata/>. Acesso em: Jan. 2022.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios.** 128 f. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras

e Ciências Humanas-Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HAESBAERT, Rogério. In: Geografia: Conceitos e Temas. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. Rio de Janeiro, 2014. 1.ed., p. 165-205.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2022. História & Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-ubirata/historico>. Acesso em: jan. 2022

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Informações gerais sobre assentamentos na superintendência regional de Mato Grosso. Mato Grosso: INCRA, 2017. Disponível em: [https://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod\\_sr=13&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1](https://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=13&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1). Acesso em : jan.2022.

INSEE. **Structuration de l'espace rural** : une approche par les bassins de vie. Rapport de l'INSEE, jul. 2003.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As sementes da luta: o conflito agrário de Cachoeirinha**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

NOVA UBIRATÃ. Relação de imóveis urbanos - Assentamento Entre Rios. Nova Ubiratã: Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, [2021].

NOVA UBIRATÃ. Lei Municipal N° 686, de 23 de junho de 2009. Cria o Distrito de Entre Rios no município de Nova Ubiratã - MT e dá outras providências. Nova Ubiratã: Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, [2009].

\_\_\_\_\_.Lei Municipal N° 508, de 02 de março de 2010. Autoriza a criação das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, e dá outras providências. Nova Ubiratã: Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, [2010].

\_\_\_\_\_.Lei Municipal N°103, de 05 de outubro de 2021. Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Municipal – GTM responsável por implementar o Projeto Morar, Conviver e Preservar (Rede Amazônia), em parceria com a Universidade Federal do

Pará – UFPA no Município de Nova Ubiratã. Nova Ubiratã: Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, [2021].

\_\_\_\_\_. Portaria **Municipal Nº 615, de 08 de outubro de 2021.**

NOVA UBIRATÃ, Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã.

**Secretaria de Obras realiza trabalhos e manutenção de estradas e rodovias. 07/12/2021.** Disponível em:

<https://www.novaubirata.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Secretaria-de-obras-realiza-trabalhos-e-manutencao-de-estradas-e-rodovias-367/>

RIBEIRO, Amarolina. "O que é hierarquia urbana?"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-hierarquia-urbana.htm>.

Acesso em: jan. 2022.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas** Niterói. Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores. 1988, p.192.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

SANTOS, Myrian Silvana da Silva Cardoso. Regularização fundiária urbana e o direito à cidade sustentável na Amazônia: avaliação e mensuração de seus efeitos. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

SEBRAE/MT - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso. **Cidade Empreendedora Sustentável: Nova Ubiratã em números**. Edição 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA UBIRATÃ. Relatório de Cidadãos atendidos PASCAR Entre Rios. Nova Ubiratã: Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, [2021].

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO. Rol de Leituras para competência 10/2021. Nova Ubiratã: Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, [2021].

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense,1981. p.112.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato:rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2009.